



217ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CONANDA

RESUMO EXECUTIVO

DATA: 7 a 9 de maio de 2013

LOCAL: Teresina/PI

CONSELHEIROS TITULARES PRESENTES:

GOVERNAMENTAIS

Danyel Iorio de Lima – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Jordelino Serafim dos Reis - Ministério da Fazenda
Késia Mirian Santos de Araújo - Ministério da Previdência Social
Luiz Henrique Ramos Lopes - Ministério do Trabalho e Emprego
Alex Canuto de Sá Cunha - Ministério da Justiça
Maria Izabel da Silva - Secretaria de Direitos Humanos (Presidente)
Cristina de Fátima Guimarães - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Ivanildo Tajra Franzosi – Casa Civil
Francisco Antonio de Souza Brito – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

NÃO-GOVERNAMENTAIS

Maristela Cizeski - Pastoral da Criança - Organismo de Ação Social da CNBB
Andrea Franzini - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil CNBB (Vice-presidente)
Miriam Maria José dos Santos - Inspetoria São João Bosco - Salesianos
Esther Maria de Magalhães Arantes - Conselho Federal de Psicologia
Fabio Feitosa da Silva – União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE
Erivã Garcia Velasco - Conselho Federal de Serviço Social- CFESS
Marco Antônio da Silva Souza - Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
Alessandra Mara França - Criança Segura
Edmundo Ribeiro Kroger - Centro de Educação e Cultura Popular - CECUP
Glícia Thais Salmeron de Miranda - Ordem dos Advogados do Brasil – OAB
Adriano de Britos - Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços
Roseli Aparecida Duarte - Sociedade Literária Caritativa Santo Agostinho – SLCSA
Raimunda Núbia Lopes da Silva - Central Única dos Trabalhadores – CUT

CONSELHEIROS SUPLENTES PRESENTES:

GOVERNAMENTAIS

Marina Leite da Silveira - Ministério da Cultura
Fabio Meirelles Hardman de Castro - Ministério da Educação

NÃO-GOVERNAMENTAIS

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS:

Érika Tonelli de Araújo - Federação Nacional das Apae's – FENAPAES

Esther Maria de Magalhães Arantes - Conselho Federal de Psicologia

Tania Mara Dornellas dos Santos - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG

DEMAIS PARTICIPANTES:

Anderson Andrade - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

PAUTA:

07 de maio:

Edital de chamada pública

08 de maio

09h - 12h Visita a instituições locais:

- CRAS e CREAS;
- Unidade Socioeducativa de Internação e Internação Provisória
- Instituição de acolhimento
- Escolas públicas
- Conselho Tutelar
- Instituições de atendimento a crianças e adolescentes com deficiência
- Tribunal de Justiça do Estado
- Região seca nordestina

12h - 14h Almoço

14h - 16h Reuniões técnicas:

- Conselhos estadual e municipais dos direitos da criança e do adolescente.
- Associação dos Conselhos Tutelares do Piauí e conselheiros tutelares.
- Sistema de Justiça.

16h - 19h Audiência Pública: Violações de Direitos de Crianças e Adolescentes no estado do Piauí

09 de maio

09h - 12h Priorização da Política com vistas à Construção do Plano Decenal Estadual – trabalho em grupo por Eixos:

- Eixo 1: Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes
- Eixo 2: Proteção e Defesa dos Direitos

- Eixo 3: Protagonismo e Participação de Crianças e Adolescentes
- Eixo 4: Controle Social da Efetivação dos Direitos
- Eixo 5: Gestão da Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes

12h - 14h Almoço

14h - 16h Plenária Conjunta: CONANDA e CEDCA/PI

- Aprovação das prioridades a partir dos EIXOS para a construção do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do Piauí

16h Encerramento

ABERTURA DOS TRABALHOS

ITEM 1: APROVAÇÃO DA PAUTA

Coordenação e Apresentação: Maria Izabel da Silva

Principais pontos abordados: Após leitura da pauta, foram incluídos ao final da pauta do dia 07/05, informes da mesa diretora, discussão sobre a redução a idade penal e organização dos trabalhos e grupos do dia 08/05.

ITEM 2: EDITAL 2013

Apresentação: Fabio Feitosa e Danyel Iorio

Coordenação: Maria Izabel da Silva

Principais pontos abordados:

- a) Estender a chamada pública às instituições de ensino superior privadas sem fins lucrativos. Após esclarecimentos acerca da natureza jurídica dessas instituições, deliberou-se que as mesmas seriam objeto de busca ativa. Sugeriu-se publicar uma resolução com critérios e procedimentos da busca ativa para instituições de ensino superior e institutos federais - Consenso
- b)

Acompanhamento da execução orçamentaria: como será feito? Qual o poder de deliberação do Conanda?

Não há necessidade de acréscimo, uma vez que do modo como esta posto já contempla toda e qualquer instituição sem fins lucrativos.

Fábio mec sugere uma resolução para busca ativa com critérios e procedimentos para instituições de ensino superior e institutos federais - Consenso - resolução ser pauta da COF já da próxima assembléia - sdh propõe modelo.

Fazer constar em ata que caso haja projetos para mesmo objeto proposto por ONG e por poder público que Conanda tenha acesso aos dois e delibere o melhor.

Proposta de retirar item b - acórdão TCU Bel aponta necessidade de se fazer uma análise conjunta com o item 13.2

Edmundo: faz defesa da retirada do tópico. Inconstitucionalidade do acórdão. Nova proposta da casa civil de nova modalidade de relação entre sociedade e governo.

Cristina: penalização para quem descumprir as normativas: sdh, técnico e entidade.

Miriam: resgate histórico do debate do acórdão. Ministra não vai fazer gestão política junto ao TCU. Conanda tem que abrir precedente e retirar tópico

Glicia: não se trata de decisão definitiva. Desde o início da discussão trata-se de uma interpretação de um conselheiro do TCU, em análise de uma prestação de contas de um processo específico. Sugere que caso uma instituição sinta-se prejudicada entre com mandato de segurança.

André: lado gov do conselho tem que entender que esse debate gera no lado nao gov um sentimento de penalização. A manutenção do acórdão demanda uma revisão da resolução 139.

Francisco: acórdão penaliza as instituições. Consenso do conselho. Ir contra ao acórdão nesse momento, traz para o conselho implicações legais. Defende uma atuação política, sem ou com SDH.

Bel.: esclarece que ministra e sdh fizeram sim gestão junto ao TCU para revisão do acórdão. Andamento do processo - analise pelos técnicos do TCU. Implicações aos nossos parceiros - Devolução de recurso. Proposta de redação: retirar tópico b e incluir no tópico item 13.2 "órgãos de controle"

Daniel: a retirada nesse momento só traz implicações negativas. Ordenador de despesa não se comprometerá.

Edmundo:

Glicia: se o entendimento de inclusão da redação da Bel for em relação às IN's, ela concorda, mas se a incluir acórdãos, não.

Bel.: proposta retirar item b e item 13.2 mas deixar consignado em ata sobre essa situação - acordo político sobre no momento do convencimento se acórdão estiver vigente nao se convenia.

André solicita esclarecimento: traz analise do acórdão para o momento do conveniamento. Instituições participam do pleito, mas na hora da formalização faz a análise. Entende que é trocar 6 por meia dúzia.

Bel.: entendimento do cedca/df que acórdão não implica no df. Não há consenso de retirada total. Para que não tenha que constar em ata posição de governo e posição de sociedade civil pede que mantenha proposta de consignação em ata

Fábio: discorda do encaminhamento.

Miriam: se Conanda em 31.12 decidir que convenia e jurídico da SDH entende que nao. Como faz.

Glicia: a definição é jurídica. Constar ou não em ata, não interfere. A questão é política. Sofrendo de véspera. Não sabemos que projetos serão apresentados.

Não houve acordo pela retirada ou manutenção.

Proposta governo: retirada do item b, retirada do item 13.2 e consignação em ata do item 13.2 com alteração de redação.

Proposta 2: retira item b e quando chegar item 13.2 discute redação: André franzini, Leitura do regimento: item 24

Proposta 1: Daniel, Jordelino, Alexandre, Cristina, Bel., Luiz Henrique, Fábio meirelles, marina, kesia, Francisco Brito

Proposta2: André franzini, núbia, Maristela, Marquinhos, miriam, Roseli, Edmundo, Erivã, Alessandra, Glicia, Fábio Feitosa, Adriano.

6.2 proposta da sociedade civil é que o Termo de Referencia será submetido à análise pormenorizada na avaliação e classificação - aprovada

7.2.1 letra b) proposta da sociedade civil aprovada

8.3 proposta da sociedade civil retirar a SDH pq o edital vai ser separado

Datas:

Proposta da sociedade civil de alterar para:

A) 16/05

B) 21/05 até 15/07

C) 12/08

D) 19/08

Proposta do André: caso seja necessário a plenária fique um dia a mais Proposta da Bel. Aumentar um dia de assembléia Proposta de adiar a AO de julho em uma semana.

Proposta do André: adiantar a AO de agosto em uma semana

13.2. Votação

Proposta 1: retirada - aprovada

Proposta 2: manutenção do item com ou sem nova redação - nao precisou ser votada

15.3 alteração aprovada: por decisão do Conanda e retirar o da SDH/PR

15.2 proposta da sociedade civil : retirar

Proposta da Mirian de estabelecer em resolução um percentual máximo para pagamento de pessoal

Esses pontos serão estudados e verificados legalmente

Anexos:

Proposta da sociedade civil no item 5 alteração de valor no SGD passar para r\$ 500.000 até 1.500.000 no anexo 2. A explicação é que os outros itens que falam de foruns e redes também estão nesta faixa.

Bel. Rebate que nas ações de convivência familiar e comunitária 1.600.000 esta dividido para capacitação, boas praticas e apoio a fórums e redes.

Fábio esclarece que o Conanda nao esta validando a tabela de divisão de valores.

Proposta da sociedade civil de retirada do recurso para conselhos tutelares e amplie o valor para a rede de conselhos DCA.

Fábio quer garantir o controle pela sociedade civil das políticas públicas para criança e adolescentes

André quer rever e manter o apoio ao conselho tutelar.

Mirian quer manter como esta e incluir a diretriz do protagonismo.

A Bel. Esclarece que protagonismo está num item próprio (4).

Maristela pede a retirada do item 6 e citar este item no protagonismo.

Marcelo lembra q o apoio aos conselhos tutelares está no fórum colegiado de conselhos tutelares porque para este ano a rede de conselhos está com convênio vigente.

A conselheira Alessandra informa que as suas contribuições não foram lidas e analisadas pelo grupo.

Nas iniciativas apoiadas incluir formação de fóruns DCA - Bel. Quer saber se o fórum peti, por exemplo, está garantido? Esclarecido.

B

André quer entender o item b, propõe a mudança para a iniciativa da proposta.

Inclusão de município - anexo participação de crianças e adolescentes A favor: 8

Contra: 10

Abstenção: 2

Declaração de voto: André - fundo nacional não está pronto enfrentar a dimensão municipal.

Territorial: o que é. Inserir definição do que é territorial - nota de rodapé Utilizar conceito da conferência.

Votação inclusão de territorial

A favor: 2

Contra: 16

Abstenção: 1

Conceito de âmbito estadual

Se Conanda acompanhara aquilo que o estado considera como estadual.

Aprovação do projeto pelo conselho

Retirada do preferencialmente: pelo fortalecimento dos conselhos de direitos.

A favor do preferencialmente: não se é contra o fortalecimento dos conselhos, mas já tivemos dificuldade de execução orçamentária devido a fragilidade e organização dos conselhos. Divergências políticas locais entre instituições e conselho.

Votação

Manutenção do texto original com preferencialmente: 13 Retirada de preferencialmente: 07

Abstenção: 1

Deliberação/Encaminhamentos:

- a) Elaborar resolução com critérios da busca ativa. SDH proporá modelo e COF - resolução ser pauta da COF já da próxima assembleia - sdh propõe modelo -

- b) Realizar videoconferência no dia 30/05 para conselhos estaduais, fóruns, redes e instituições sem fins lucrativos que atuam na área.

ITEM 3: INFORMES DA MESA DIRETORA

2.1 PLANO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Coordenação e Apresentação: Maria Izabel da Silva

Principais pontos abordados: questionou-se o processo de construção e pactuação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, bem como sua aprovação pelo plenário. Esclareceu-se que na 215ª Assembleia o plenário deliberou pelo encaminhamento do documento para conhecimento e contribuições de todos os conselheiros, as contribuições seriam encaminhadas à Coordenação-Geral de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes; caso houvesse proposições que alterassem mérito, o Plano voltaria para o Plenário; caso contrário estava aprovado.

Deliberação/Encaminhamentos: Solicitar esclarecimentos à Coordenação-Geral responsável sobre o processo de construção e pactuação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes junto aos ministérios.

A aprovação e ao lançamento de planos nacionais que envolvam a política de promoção, proteção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes está condicionada a previa pactuação junto aos ministérios envolvidos e a aprovação do Conanda.

Em virtude do avançado da hora e a presença do coordenador do SINASE para tratar do item seguinte da pauta, foi suspensa a pauta em discussão: Informes da Mesa Diretora, devendo a mesma ser retomada no decorrer da assembleia.

ITEM 3: APRESENTAÇÃO DO SINASE

Apresentação: Claudio Augusto Vieira da Silva, Coordenador-Geral do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.

Coordenação: Maria Izabel da Silva e Andre Franzini

Principais pontos abordados: foi apresentada a metodologia de construção do Plano Nacional Decenal de Atendimento Socioeducativo – principais dificuldades; objetivos, metas, período e responsáveis; ações estratégicas/ eixos estruturantes.

Aberto o debate, levantaram-se as seguintes temáticas: censo escolar; necessidade de inclusão do eixo conselhos de direitos; parametrização dos recursos humanos, com regulação sobre equipe mínima; Lei de Aprendizagem; melhor definição das competências dispostas no art. 3 da Lei 12.594/2012; situação do sistema socioeducativo do Espírito Santo; estabelecimento de condicionantes para o repasse financeiro da SDH e FNCA aos Estados/municípios; necessidade de priorizar o monitoramento contínuo do cenário socioeducativo; criação de uma agenda prioritária com o CNJ e demais conselhos nacionais; fomento a criação e acompanhamento das comissões intersetoriais estaduais; articulação entre a Escola Nacional de Formação Socioeducativa e a Escola Nacional de Conselhos; fragilidade da defensoria pública; necessidade de aprofundar o debate sobre saúde mental, medicalização abusiva, manicômio judiciário, pré-natal das adolescentes grávidas que se encontram em privação de liberdade e a situação dos bebês (destituição sumária do pátrio

poder); necessidade de reposicionar o papel do judiciário, separando-o da segurança pública; instauração de gabinete de crise para tratar sobre os óbitos de adolescentes dentro do sistema socioeducativo; formação dos profissionais.

Deliberação/Encaminhamentos:

- Realização de reunião com os 27 gestores estaduais para discutir deveres, responsabilidades e compromissos em relação ao sistema socioeducativo;
- Encaminhar apresentações do censo escolar, apresentação do plano Decenal Nacional do SINASE, Levantamento Nacional do Sinase de 2011 e estudo executivo do Pronatec para todos os conselheiros.
- Construir pauta e objetivos da oficina sobre o Sinase, prevista para 07/06/2013, conforme deliberação da 215ª assembleia ordinária (mesa diretora) – incluir situação do Espírito Santo - socializar antes os encaminhamentos já feitos.
- Aprofundar debate e articulação entre SDH, Conanda e Fonacriad em relação à violação de direitos dos adolescentes do sistema socioeducativo (mesa diretora).
- Pautar Sinase no encontro de articulação com conselhos estaduais, previsto para agosto 2013.
- Definir, em articulação com a Coordenação-Geral do Sinase, a pauta, o cronograma e a representação do Conanda nos encontros estaduais do Sinase, previstos para o 2º semestre.
- Articular com CNAS e propor resolução conjunta recomendando a criação de comissões intersetoriais estaduais.
- Socializar Projeto de Lei que dispõe sobre saúde mental e fazer manifestação do Conanda contrária ao PL.
- Aprofundar debate sobre gabinete de crise.
- Reencaminhar relatório da visita ao Estado do Pernambuco e solicitar devolutiva sobre encaminhamentos do relatório.
- Realização de 27 Encontros Estaduais em conjunto com a SNPDC/SDH para discussão do Plano Decenal do SINASE.
- Nicodemos e demais conselheiros do RJ se colocam à disposição para visitar o sistema socioeducativo do Rio de Janeiro.
- Solicitar à Coordenação-geral do Sinase, balanço do repasse financeiro aos estados para estruturação do sistema socioeducativo
- Encaminhar ofício para Pernambuco solicitação esclarecimentos sobre mais uma morte dentro do sistema socioeducativo (dia 01/04).
- Pautar apresentação em plenário sobre o PRONATEC (Estudo Executivo)

ITEM 4: PORTARIA QUE INSTITUI GRUPO GESTOR NACIONAL DA ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE CONSELHEIROS DOS DIREITOS E CONSELHEIROS TUTELARES – ESCOLA DE CONSELHOS

Coordenação: Maria Izabel da Silva

Apresentação: Alessandra Françaia.

Deliberação/Encaminhamentos: encaminhar minuta para todos os conselheiros, solicitando análise e contribuições até dia 25/04. Secretaria Executiva sistematizará as contribuições e submeterá à análise e aprovação da mesa diretora, entretanto, se houver alguma contribuição polêmica, que altere o mérito da questão, a minuta retorna para análise do plenário.

ITEM 5: APRESENTAÇÃO DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - COF

Apresentação: Fabio Feitosa e Danyel Iorio

Coordenação: Maria Izabel da Silva e Andre Franzini

Principais pontos abordados: Antes de analisar o edital 2013, a COF considerou pertinente solicitar ao Coordenador-geral de Orçamento e Planejamento da SDH informações sobre orçamento do FNCA (valor aprovado, valor disponibilizado e valor empenhado).

Deliberação/Encaminhamentos: Disponibilizar material sobre o orçamento do FNCA; Plenário acompanhar trimestralmente a situação do orçamento do FNCA.

ITEM 6: EDITAL 2013

Apresentação: Danyel Iorio

Coordenação: Maria Izabel da Silva e Andre Franzini

Principais pontos abordados: Antes de iniciar o debate, as bancadas governamental e sociedade civil reuniram-se em separado.

Apresentação dos pontos nevrálgicos do tema: edital conjunto ou edital específico da política da criança e do adolescente (Conanda e SNPDCa).

Foram prestados os esclarecimentos sobre a proposição de edital único - órgãos de controle apontaram a necessidade de unificar os procedimentos e critérios entre as diversas secretarias da SDH. Houve manifestação contrária a essa proposta, haja vista que a discussão não foi feita em conjunto com os demais conselhos. Para um edital nesse modelo é necessário um processo de discussão prévia, em conjunto e democrático.

Apresentou-se a proposta da SDH – 1ª parte do edital que trata da normatização e procedimentos, ser conjunta e a 2ª parte, referente às diversas políticas da SDH, constituírem anexos específicos. No anexo da área da infância constaria a informação que as ações seriam financiadas com recursos da SDH e do FNCA. COF rejeitou essa proposta. Considerou-se a possibilidade de realização de videoconferências para dar visibilidade ao edital e prestaram-se esclarecimentos sobre a destinação dos recursos - FNCA para política da criança e adolescente, FNI para política dos idosos. Edital conjunto visa uma economia processual e uniformização dos procedimentos, mas critérios específicos seriam discutidos separadamente.

Conclui-se que a discussão não é técnica e sim política. Posição da sociedade civil é que se faça um edital separado para criança e adolescente. Isso não quer dizer que num próximo momento, numa discussão colegiada, essa posição não pode ser revista. Mas nesse momento a decisão é essa. Houve pedido de vistas ao processo pela conselheira Maria Izabel e pelo conselheiro Carlos Nicodemos.

Deliberação/Encaminhamentos:

Feitos os esclarecimentos regimentais acerca dos procedimentos de vistas e da impossibilidade de realização de uma assembleia extraordinária, estabeleceu-se 20 dias para apresentação do relatório, sendo o assunto pauta única do dia 07 de maio, em Teresina/PI. Na oportunidade serão debatidas todas as questões relacionadas ao EDITAL 2013.

Devido à exiguidade de tempo, a discussão do fundo a fundo será realizada numa próxima assembleia. Enviar parecer da COF e da SDH, bem como a proposta de repasse direto.

Foi reiterada a solicitação de definição da assessoria da COF.

ITEM 7: APRESENTAÇÃO DA COMISSÃO DE MOBILIZAÇÃO E FORMAÇÃO

Apresentação: Marina Leite e Alessandra Françaia

Coordenação: Andre Franzini

Principais pontos abordados: definição da pauta da Assembleia Descentralizada do Conanda em Teresina:

ASSEMBLÉIA DESCENTRALIZADA DO CONANDA NO PIAUÍ

7 a 10 de maio de 2013

PRIORIZANDO OS DESAFIOS DO ESTADO COM FOCO NA CONSTRUÇÃO DO PLANO DECENAL

Dia 07 de maio: Edital 2013

Dia 08 de maio

09 às 12h

- Visita às instituições:

- CRAS* e CREAS* (MSE em Meio Aberto)
- Centro de Internação*
- Instituição de acolhimento
- 2 Escolas públicas* (com baixo IDEB, indicadas pela conselheira Núbia, primeiramente, e pelos Conselhos Tutelar, Estadual e Municipal DCA)
- Conselho Tutelar
- Instituições de atendimento a crianças e adolescentes com deficiência (indicação do Conselho Tutelar ou Municipal DCA)*
- Presidente do Tribunal de Justiça;
- Visita ao local da seca (apoio conselheira Tania) com Conselho Estadual de Segurança Alimentar, Articulação do Semiárido e Federação dos Trabalhadores na Agricultura.

*Locais com problemas de violação de direitos e com denúncia no Disque 100.

- Reunião com i) conselhos municipais e estadual DCA; ii) Associação dos Conselhos Tutelares do Piauí e com os conselheiros tutelares; iii) representantes do Sistema de Justiça (apoio da OAB.

12 às 14h: Almoço

14 às 18h: Audiência Pública - Violações de Direitos de Crianças e Adolescentes no estado do Piauí (Convidar Fórum Estadual DCA e Fórum PETI)

19 às 21h: Reunião do Conanda

Dia 09 de maio

09 às 12h

Priorização da Política com vistas à Construção do Plano Decenal Estadual - por EIXOS

- 5 Grupos de Trabalho: cada grupo coordenado por 1 conselheiro do CONANDA e 1 do CECA
- Subsídios: Deliberações das Conferências Estadual do Piauí e Nacional – 2012

Obs.: Eixo 5 – Fundo da Criança e do Adolescente e Eixo 4 - mobilização dos conselhos municipais.

12 às 14h: Almoço

14h às 16h: Plenária Conjunta – CONANDA e CEDCA PI: Aprovação das prioridades a partir dos EIXOS para a construção do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do Piauí

Deliberação/Encaminhamentos: realizar reuniões sistemáticas para mobilização e articulação local; solicitar ao Conselho municipal ou estadual de direitos DCA indicação de escolas para visitas técnicas.

ITEM 8: APRESENTAÇÃO DA COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Apresentação: Érika Tonelli de Araújo

Coordenação: Maria Izabel da Silva e Andre Franzini

Principais pontos abordados: a comissão solicitou reunião extraordinária no dia 06/05 aqui em Brasília para reunir-se com o Fórum Nacional de Aprendizagem.

Em relação às resoluções pendentes de publicação (Copa do Mundo e Práticas Desportivas), foi informada a presença da assessora jurídica da SDH para apresentação das argumentações da alteração do texto, uma vez que muitas questões abordadas na resolução são contrárias à legislação existente e/u extrapolam a competência legal do CONANDA. Houve manifestação de parte do plenário no sentido de publicar as resoluções tais como foram aprovadas e de outra parte no sentido de ouvir a apresentação da assessoria jurídica para entender os pontos que vão de encontro às leis existentes. Não houve consenso sobre a escuta das argumentações jurídicas, sendo encaminhada para votação a proposta de publicação imediata da resolução tal qual foi aprovada em plenário.

Deliberação/Encaminhamentos:

1. Verificar voos possíveis BSB/Teresina para definir horário da reunião extraordinária da CPP com o Fórum Nacional de Aprendizagem no dia 06.05.

2. Como não houve consenso em relação às resoluções, seguiu para votação do plenário. Houve apuração de quórum e tendo em vista a ausência de quatro conselheiros da sociedade civil, quatro entidades suplentes manifestaram seu voto – Sociedade Literária Caritativa Santo Agostinho, Instituto Alana, Sociedade Brasileira de Pediatria e Fundação Fé e Alegria do Brasil:

Proposta 1 - Publica-se tal como foi aprovado e de imediato os conselheiros interessados apresentam minuta com as correções necessárias: 14 votos

Proposta 2 - Não publica-se e reveja as correções necessárias: 8 votos

Abstenção: 1 voto

Encaminhamento: Prazo para publicação - cinco dias úteis.

ITEM 9: APRESENTAÇÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E AÇÃO PARLAMENTAR

Apresentação: David Marcial Ortolan

Coordenação: Maria Izabel da Silva e Andre Franzini

Principais pontos abordados: Em relação à coordenação da Comissão foi apresentado o nome do conselheiro representante do Ministério da Fazenda, Jordelino Serafim dos Reis.

Procedeu-se a leitura dos processos administrativos existentes e encaminhamentos tirados pelo respectivo relator e comissão. Apresentação da versão final do Plano de Ação 2013-2014. Relato dos Grupos de Trabalhos - Reforma Política e Política e Plano Decenal.

Deliberação/Encaminhamentos:

. Fazer oficina para se aprofundar debate e posicionamento do Conselho em relação a metodologia de escuta de crianças e adolescentes vítimas de violência (metodologia Childhood). A data será definida pela mesa diretora e levado ao conhecimento do plenário na próxima assembleia.

. Aprovação da programação da visita à Altamira nos dias 14 e 15.05, a ser feita pelo GT de monitoramento da carta de Altamira.

. Encaminhar relato dos Grupos de trabalhos (Reforma Política e Política e plano decenal) para todos os conselheiros.

ITEM 8: COMISSÃO DISCIPLINAR

Coordenação: Maria Izabel da Silva e Andre Franzini

Apresentação: Rogério Lima de Aguiar

Principais pontos abordados: Apresentação do relatório referente ao pedido de vistas pelo conselheiro representante Aldeias Infantis SOS/Brasil, Rogério Lima de Aguiar. Apresentação do parecer da assessoria jurídica da SDH, solicitado pela mesa diretora.

Deliberação/Encaminhamentos: Após a leitura dos relatórios, procedeu-se a votação:

Proposta 1 - Aprovação do relatório da Comissão Disciplinar que indica o arquivamento do processo pelo Conanda e acompanhamento dos desdobramentos dos encaminhamentos dos órgãos judiciais para os quais o processo foi encaminhado.

Proposta 2 – Aprovação do relatório apresentado pelo Conselheiro Nicodemos que indica a reabertura do processo disciplinar.

Por unanimidade foi aprovada a proposta 1 – portanto, considera-se encerrado o processo no âmbito do Conanda.

ITEM 10: INFORMES

. Apresentação da Agenda Comum de Incidência Sobre os Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes: Proposições e Ações Orçamentárias - incidências necessárias e

resultados já alcançados. Conselheiros Davi Pires e Jordelino Serafim representarão o Conanda nessa pauta.

. Força tarefa governamental no Acre: conselheiro Sérgio Marques estará presente.

. III Conferência Global sobre Trabalho Infantil: Será realizada, nos dias 2 e 3 de maio em Brasília, a Oficina para Adolescentes Preparatória à III CGTI. Conanda e FNPETI se responsabilizaram pela indicação dos adolescentes.

. Estatuto da Juventude: informe sobre as incidências e articulações para construção de texto substitutivo. Aprovação na íntegra das alterações propostas. Necessidade de continuar acompanhando.

ENCAMINHAMENTOS DA PLENÁRIA CONJUNTA:

- Plano decenal dos direitos da criança e do adolescente do Piauí seja acompanhado e monitorado pela comissão formada por representantes:
 - conselhos de direitos e tutelares
 - representantes da rede
 - gestores
 - associação dos prefeitos.

A representação será regionalizada.

Conanda oficializará Estado sobre criação da comissão multisetorial para acompanhamento do plano decenal e solicitará apoio.

Reuniões regionalizadas.

Relação entre comissão e sociedade se dê por meio de reuniões e pela internet. Fortalecer a comissão com representantes das cidades do interior

- Fortalecimento da segurança pública (dimensão da segurança será discutida no âmbito do plano decenal)
- Ação de comunicação entre conselhos estadual e municipais DCA
- Fortalecimento das instituições da sociedade civil – conselho estadual DCA e conselho municipal de Teresina como protagonistas desse processo (eixo 4)